



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

MESTRADO

Cidadania Ambiental e Participação

Guia de Curso **2018 | 2020**



Departamento de Ciências e Tecnologia

R. da Escola Politécnica, 147
1250-069 Lisboa

Coordenação do Curso

Paula Bacelar Nicolau (**Coordenadora**) | Paula.Nicolau@uab.pt

Pedro Pereira (**Vice-coordenador**) | Pedro.Pereira@uab.pt

Secretariado do Curso

Teresa Ramos

Telf: + 351 300 007 671

Email: mcap_dcet@uab.pt

Internet: <http://mcap.dcet.uab.pt>

Mais informações

Candidaturas online: <http://candidaturas.uab.pt>

Email: mcap_dcet@uab.pt

www.uab.pt – Universidade Pública de Ensino a Distância, Portugal

ÍNDICE

1. Introdução
2. Criação do curso de mestrado; registo e acreditação
3. Objetivos do curso
4. Destinatários
5. Pré-requisitos
6. Candidaturas
7. Creditação de competências
8. Propinas
9. Organização do curso
10. Funcionamento do curso
11. Recursos de aprendizagem
12. Avaliação e classificação
13. Plano de estudos
14. Sinopses das unidades curriculares

1. INTRODUÇÃO

Bem-vindo ao curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação! Participar neste curso será um processo ativo, onde a aprendizagem individual e colaborativa foi planeada de modo interdependente.

Este Guia constitui o seu “kit informativo” que lhe permite saber **o que fazer, como fazer e quando fazer**, enquanto estudante online deste curso. Por isso, leia-o com atenção. O objetivo principal deste Guia é dar-lhe informação importante sobre os objetivos e práticas do curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação da Universidade Aberta.

2. CRIAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO; REGISTO E ACREDITAÇÃO

O curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação (MCAP) na Universidade Aberta foi criado sob proposta do Conselho Científico (Deliberação n.º 187/07 do de 14 de maio de 2007) e ao abrigo do disposto nos Decretos-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, e n.º 74/2006 de 24 de março, alterado pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho e n.º 230/2009, de 14 de setembro.

O curso está acreditado na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (CEF/1314/12542) e registado na Direção Geral do Ensino Superior (n.º R/B-AD-471/2007). O curso tem o seu Plano de Estudos publicado em Diário da República n.º 51 (2.ª série) de 14 de março (Despacho n.º 3753/2016) e o Regulamento Geral (Despacho n.º 6831/2017) publicado em Diário da República n.º 117 (2.ª série) de 20 de junho de 2017.

3. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação tem como objetivos gerais fornecer um conjunto de instrumentos que permitam aos seus titulares trabalharem na área da cidadania ambiental e participação para a sustentabilidade, nomeadamente:

- Conhecimentos sobre problemas ambientais e sociais, enquadrados no contexto atual;
- Capacidades de motivação dirigidas para a modificação de atitudes e comportamentos definindo ações que conduzam à sustentabilidade;

- Estratégias de atuação com (e não para) os cidadãos, nomeadamente através de técnicas interativas de participação pública e gestão de conflito, estimulando o exercício de uma cidadania mais informada e pró-ativa;
- Capacidade de conceção, promoção, gestão e avaliação de projetos de intervenção ambiental, seja no domínio da formação, seja no domínio do suporte técnico no terreno.

Este curso oferece uma formação atualizada abordando temáticas orientadas para os problemas sociais nomeadamente naquilo que são os desafios em matérias socio-ambientais. Os conteúdos são transversalizados por temáticas interdisciplinares e atuais, tais como, Alterações Climáticas, Metabolismo Urbano, Avaliação de Ciclo de Vida, Economia Verde e Ecologia Industrial que permitem dar um contributo determinante na aplicação Desenvolvimento Sustentável.

4. DESTINATÁRIOS

O curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação destina-se a todos aqueles com interesse e responsabilidade nas áreas ambiental e socio-ambiental, nomeadamente:

- Técnicos da administração central, serviços descentralizados a nível regional, e administração local;
- Membros de organizações não governamentais de ambiente, ação social desenvolvimento local e outras;
- Técnicos de empresas com preocupações sobre a implementação dos seus projetos num quadro de desenvolvimento sustentável e aceitação local;
- Professores do ensino formal (educadores de infância, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo, secundário e ensino superior) e não formal;
- Guias de natureza e guias de turismo;
- Técnicos de museus, jardins zoológicos e centros de conservação da natureza;
- Técnicos de saúde pública;
- Jornalistas e outros profissionais de comunicação social;
- Investigadores e docentes universitários;

- Decisores e políticos;
- Qualquer indivíduo que pretenda alargar os seus conhecimentos nestas áreas.

5. PRÉ-REQUISITOS

Podem candidatar-se ao mestrado (Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março):

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Científico da Universidade Aberta;
- d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Científico da Universidade Aberta.

O curso de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação (MCAP) na Universidade Aberta é uma continuação natural de cursos de 1.º ciclo nas áreas ambientais (como a Licenciatura em Ciências do Ambiente da Universidade Aberta) e áreas socio ambientais (como a Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Aberta), estando ainda aberto a estudantes provenientes de outras formações, com interesse nas questões sócio ambientais.

A frequência do curso exige que os candidatos tenham acesso a computador com ligação à Internet, possuam conhecimentos suficientes de utilização informática e competência de leitura em inglês.

6. CANDIDATURAS

Os candidatos devem formalizar a sua candidatura acedendo e preenchendo o Boletim de Candidatura online que se encontra disponível em <http://candidaturas.uab.pt>. O processo de candidatura ao mestrado é instruído com os seguintes elementos:

- Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Científico da Universidade Aberta, onde o candidato expõe os motivos da sua candidatura, os objetivos que pretende atingir e as competências que pretende desenvolver, no âmbito do curso a que se candidata;
- Boletim de candidatura (formulário online no link acima indicado);
- *Curriculum vitae* (preferencialmente em formato Europass);
- Cópias do documento de identificação (bilhete de identidade/cartão de cidadão/outro) e do cartão de contribuinte ou do seu equivalente, se o estudante for residente no estrangeiro;
- Documento(s) comprovativo(s) (devidamente autenticado) de que o candidato reúne as condições de acesso ao curso (ponto 5);
- Quaisquer outros elementos que o interessado julgue constituir motivo de valorização da sua candidatura e permita melhor ajuizar a sua aptidão para ingressar no ciclo de estudos.

Os candidatos portadores de grau académico superior, concluído fora do espaço Europeu, deverão adicionalmente proceder ao reconhecimento de habilitações para fins de frequência do mestrado.

Os documentos que necessitem de autenticação deverão ser enviados, por correio registado para o Secretariado do respetivo Curso.

O calendário de **candidaturas**, **inscrições** e **matrículas** apresenta-se em seguida:

CANDIDATURAS	1.ª fase: 13 de março a 2 de julho de 2018 2.ª fase: 1 de agosto a 4 de setembro de 2018
PUBLICAÇÃO DE LISTAS DE CANDIDATOS ADMITIDOS	1.ª fase: 17 de julho de 2018 2.ª fase: 11 de setembro de 2018
MATRÍCULAS E INSCRIÇÕES (1.º SEMESTRE)	1.ª fase: 24 de julho a 14 de agosto de 2018 2.ª fase: 18 a 25 de setembro de 2018
MATRÍCULAS E INSCRIÇÕES (2.º SEMESTRE)	8 a 22 de janeiro de 2019
INÍCIO DO CURSO	Módulo de ambientação: 1 de outubro de 2018 Atividade letiva: 10 de outubro de 2018

O número máximo de inscrições no curso de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação é de 30. Os candidatos serão seriados com base nas habilitações académicas e experiência profissional descritos no *Curriculum vitae*.

Os estudantes do mestrado poderão optar por se inscrever como Estudantes a Tempo Parcial ou a Tempo Integral por ocasião da matrícula e inscrição no ano letivo (ver Regime de Estudante a Tempo Parcial em <http://portal.uab.pt/regulamentos>).

7. CREDITAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Os pedidos de creditação de competências anteriormente adquiridas devem ser incluídos no processo de candidatura, devendo ser apreciados de acordo com o estabelecido no Regulamento de Creditação de Competências Académicas e Profissionais, Formação e Experiência Profissional da Universidade Aberta.

8. PROPINAS

Os custos deste curso de mestrado (preçário relativo a taxas, propinas e emolumentos), bem como o calendário de pagamentos (faseamento) podem ser consultados em <http://portal.uab.pt/pagamentos/>.

Para mais informações recomenda-se a leitura atenta do Regulamento de Propinas e do Regulamento Geral da Oferta Educativa da Universidade Aberta da secção Regulamentos acessível a partir de <http://portal.uab.pt/informacoes-academicas/>.

9. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O mestrado em Cidadania Ambiental e Participação é um curso de 2.º ciclo conducente a um diploma de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação e é certificado por uma carta magistral. O grau de Mestre pressupõe a frequência e aprovação da totalidade das unidades curriculares que constituem o curso, a elaboração de uma dissertação original, trabalho de projeto ou relatório de estágio, especialmente escrita/o para o efeito, sua discussão, defesa e aprovação em provas públicas.

A aprovação na parte escolar do curso confere o direito a um Diploma de Estudos Pós-graduados em Cidadania Ambiental e Participação.

O curso de mestrado é composto por uma primeira parte curricular correspondente ao Curso de estudos pós-graduados em Cidadania Ambiental e Participação e, numa segunda parte, dedicada à preparação, realização e apresentação e defesa de uma dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio.

O curso equivale a 120 ECTS correspondendo 60 ECTS à parte curricular e 60 ECTS à preparação, realização e apresentação da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio.

A componente curricular do curso de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação desenvolve-se em 2 semestres sequenciais, em regime de ensino a distância online. Cada semestre corresponde a 30 créditos ECTS, o que implica, no total, a creditação de 60 unidades de crédito ECTS.

Cada semestre curricular é composto por 5 unidades curriculares (correspondendo a 30 ECTS/semestre), o que totaliza 10 unidades curriculares (60 ECTS/ano). O primeiro semestre é constituído por uma unidade curricular obrigatória e por quatro optativas (que o estudante deverá escolher de entre as seis optativas em oferta no plano curricular, perfazendo um total de 30 ECTS). No segundo semestre, o estudante terá quatro unidades curriculares obrigatórias e uma optativa (que o estudante deverá escolher de entre as duas em oferta no plano curricular, perfazendo um total de 30).

Cada semestre desenvolve-se durante um período de 20 semanas, sendo que cada docente dedicará um determinado número de semanas à avaliação contínua, assim como à avaliação final dos seus estudantes. Haverá duas semanas de pausa dos trabalhos escolares tradicionalmente reservadas ao período do Natal e uma semana reservada ao período da Páscoa.

- **1.º SEMESTRE** – de 01/10/18 a 28/02/19
- **2.º SEMESTRE** – de 04/03/19 a 31/07/19

1.º SEMESTRE - Unidades Curriculares				
Ética e Cidadania Ambiental [6 ECTS]	Opcional 1 [6 ECTS]	Opcional 1 [6 ECTS]	Opcional 1 [6 ECTS]	Opcional 1 [6 ECTS]

2.º SEMESTRE - Unidades Curriculares				
Políticas para a Sustentabilidade [6 ECTS]	Participação e Métodos Interativos na Decisão Ambiental [6 ECTS]	Metodologias de Intervenção Sócio Ambiental [6 ECTS]	Projetos e Metodologias em Cidadania Ambiental [6 ECTS]	Opcional 2 [6 ECTS]

Diploma de Estudos Pós-graduados em Cidadania Ambiental e Participação

3.º e 4.º SEMESTRES
Elaboração da dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio
[60 ECTS]

Diploma de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

Unidades Curriculares Opcionais 1		
1.º SEMESTRE		
Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental [6 ECTS]	Biodiversidade, Geodiversidade e Conservação [6 ECTS]	Ambiente e Controlo da Poluição [6 ECTS]
Consumo Alimentar e Promoção da Saúde [6 ECTS]	Análise da Conjuntura Sócio Ambiental [6 ECTS]	Seminário Europeu em Desenvolvimento Sustentável [6 ECTS]
Unidades Curriculares Opcionais 2		
2.º SEMESTRE		
Gestão Integrada de Resíduos * [6 ECTS]	Gestão e Sistemas Ambientais [6 ECTS]	

* Unidade curricular que não funciona em 2017/2018.

O funcionamento das unidades curriculares opcionais depende do número de inscrições pelos estudantes.

Terminada a parte curricular com aprovação, o estudante iniciará a componente não-letiva do mestrado em que terá lugar a preparação, elaboração, apresentação e defesa da dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio, sob a orientação de um doutorado, professor do mestrado, ou especialista de mérito. A orientação pode ser assegurada em coorientação, podendo um dos orientadores ser externo à Universidade Aberta (ver Regras gerais sobre oferta educativa da Universidade Aberta em <http://portal.uab.pt/regulamentos>).

10. FUNCIONAMENTO DO CURSO

A parte curricular do mestrado e as unidades curriculares que a integram funcionam em regime de classe virtual (com recurso a plataformas de Elearning).

O primeiro semestre é antecipado por um módulo inicial totalmente virtual – **Ambientação Online** – com o objetivo de o(a) ambientar ao contexto virtual e às ferramentas de Elearning e permitir-lhe a aquisição de competências de comunicação online e de competências sociais necessárias à construção de uma comunidade de aprendizagem virtual. Os ex-alunos da Universidade Aberta que já tenham frequentado outros cursos poderão ter isenção da frequência deste módulo. O módulo de ambientação online decorre **entre dia 1 a 9 de outubro de 2018**. Ser-lhe-ão enviadas orientações sobre o acesso ao módulo de ambientação, por correio eletrónico.

MODELO PEDAGÓGICO

O curso de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação possui um modelo pedagógico próprio, especificamente concebido para o ensino virtual na Universidade Aberta.

Este modelo tem os seguintes princípios:

- Ensino é centrado no estudante, o que significa que o estudante é ativo e responsável pela construção do conhecimento;
- Ensino baseado na flexibilidade de acesso à aprendizagem (conteúdos, atividades de aprendizagem, grupo de aprendizagem) de forma flexível, sem imperativos temporais ou de deslocação de acordo com a disponibilidade

do estudante. Este princípio concretiza-se na primazia da comunicação assíncrona o que permite a não-coincidência de espaço e não-coincidência de tempo já que a comunicação e a interação se processam à medida que é conveniente para o estudante, possibilitando-lhe tempo para ler, processar a informação, refletir e, então, dialogar ou interagir (responder);

- Ensino baseado na interação diversificada quer entre estudante-professor, estudante-estudante, quer ainda entre o estudante e os recursos de aprendizagem sendo socialmente contextualizada.

Com base nestes princípios encontrará dois elementos vitais no seu processo de aprendizagem:

A CLASSE VIRTUAL: O estudante integrará uma turma virtual onde têm acesso os professores do curso e os restantes estudantes. As atividades de aprendizagem ocorrem neste espaço virtual e são realizadas online, com recurso a dispositivos de comunicação. Deve ser entendida como um espaço multi-funcional que agrega uma série de recursos, distribuídos por diversos espaços de trabalho coletivos e onde se processa a interação entre professor-estudante e estudante-estudante. A comunicação é essencialmente assíncrona e por isso, baseada na escrita.

O CONTRATO DE APRENDIZAGEM: O professor de cada unidade curricular irá propor à turma, um contrato de aprendizagem. Neste contrato está definido um percurso de trabalho organizado e orientado com base em atividades previstas previamente apoiando-se na autoaprendizagem e na aprendizagem colaborativa. Com base nos materiais de aprendizagem organizados e disponibilizados, o professor da unidade curricular organiza e delimita zonas temporais de autoaprendizagem (com base em documentos, bibliografia, pesquisa, análise, avaliação, experimentação de ferramentas, realização, etc.) e zonas de interação diversificada na turma virtual (seminário), intra-grupo geral de estudantes, intra-pequenos grupos de estudantes, ou entre estudantes e professor.

TEMPO DE ESTUDO E APRENDIZAGEM

Aprender a distância numa classe virtual implica que não se encontrará nem no mesmo local que os seus professores e colegas, nem à mesma hora, ou seja, é uma aprendizagem que lhe dá flexibilidade porque é independente do tempo e do local onde se encontra.

Naturalmente que implica tempo dedicado ao estudo e à aprendizagem. Assim, cada unidade curricular tem definido o número de horas de estudo e trabalho efetivo que se esperam de si: as unidades de ECTS.

Deverá, assim, ter em consideração que, cada unidade de crédito (**1 ECTS**) corresponde a **26 horas de trabalho efetivo** de estudo, de acordo com o Regulamento de Aplicação do Sistema de Unidades de Crédito ECTS da Universidade Aberta, o que inclui, por exemplo, a leitura de documentos diversos, a resolução das atividades online e offline, a leitura de mensagens, a elaboração de documentos pessoais, a participação nas discussões assíncronas, e o trabalho requerido para a avaliação e classificação.

11. RECURSOS DE APRENDIZAGEM

Nas diferentes unidades curriculares ser-lhe-á pedido que trabalhe e estude apoiando-se em diversos recursos de aprendizagem desde textos escritos, livros, recursos web, objetos de aprendizagem, entre outros e em diversos formatos. Embora a maioria desses recursos sejam digitais e fornecidos online no contexto da classe virtual, existem outros, como livros e que deverão ser adquiridos por si numa livraria no início do curso para garantir as condições essenciais à sua aprendizagem no momento em que vai necessitar desse recurso.

12. AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A avaliação em cada uma das unidades curriculares é o resultado da ponderação entre uma componente de avaliação contínua e uma componente de avaliação sumativa final:

- Avaliação contínua: mínimo de 60 %
- Avaliação sumativa final: máximo de 40%

A avaliação contínua contempla um conjunto diverso de estratégias e instrumentos nomeadamente, *portfolios*, projetos individuais e de equipa, ensaios, resoluções de problemas, estudos de caso, participação em discussões, relatórios de pesquisas e testes. A avaliação final, de carácter individual, pode contemplar a elaboração de, por exemplo, artigos/ensaios, elaboração de trabalhos, de projetos, apresentação e discussão de trabalhos, relatórios, realização de testes,

de acordo com o definido pela equipa docente em articulação com o coordenador do mestrado.

A aprovação na parte curricular do curso requer aprovação em todas as unidades curriculares, com uma classificação igual ou superior a 10 valores.

O cálculo da classificação final do grau de mestre será obtido a partir da fórmula:

$$CF = \left[\left(\frac{\sum_i (\text{Class. UC}_i \times \text{ECTS UC}_i)}{\text{ECTS ano curricular}} \right) + (\text{Class. (Diss)}) \right] / 2$$

CF – classificação final;

Class. UC_i – classificação de unidade curricular (i);

ECTS UC_i – ECTS de unidade curricular;

Class. (Diss) – classificação da dissertação;

ECTS (Diss) – ECTS da Dissertação/Trabalho de projeto ou Relatório de estágio.

13. PLANO DE ESTUDOS

O curso de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação tem o seguinte plano de estudos:

UNIDADES CURRICULARES	SEMESTRE	TEMPO DE TRABALHO TOTAL (horas)	ECTS
Ética e Cidadania Ambiental	1.º	156	6
Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental*	1.º	156	6
Biodiversidade, Geodiversidade e Conservação*	1.º	156	6
Ambiente e Controlo da Poluição*	1.º	156	6
Consumo Alimentar e Promoção da Saúde* (a)	1.º	156	6
Análise da Conjuntura Sócio Ambiental*	1.º	156	6
Seminário Europeu em Desenvolvimento Sustentável*	1.º	156	6

UNIDADES CURRICULARES	SEMESTRE	TEMPO DE TRABALHO TOTAL (horas)	ECTS
Políticas para a Sustentabilidade	2.º	156	6
Participação e Métodos Interativos na Decisão Ambiental	2.º	156	6
Metodologias de Intervenção Socio-Ambiental	2.º	156	6
Projetos e Metodologias em Cidadania Ambiental	2.º	156	6
Gestão Integrada de Resíduos* (a)	2.º	156	6
Gestão e Sistemas Ambientais*	2.º	156	6

* Unidades curriculares optativas, entre as quais o estudante deverá escolher um grupo, que conjuntamente com as obrigatórias, perfaça um total de 30 ECTS/semestre. O funcionamento das unidades curriculares depende do número de inscrições dos estudantes.

(a) Unidade curricular que não funciona em 2018/2019.

14. SINOPSES DAS UNIDADES CURRICULARES

ÉTICA E CIDADANIA AMBIENTAL | 22019 – ECA

Competências: Pretende-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Diferenciar as correntes éticas ambientais, reconhecendo as consequências da aplicação de cada uma delas;
2. Aplicar as ferramentas que vão permitir um maior envolvimento e participação em decisões ambientais a qualquer nível desde comunidades locais até ao nível internacional;
3. Formar gestores ambientais (desde o setor público, ao privado e ao voluntariado), tal como investigadores, e representantes de grupos de cidadãos a analisar os temas de ética ambiental associados a métodos de decisão e envolvendo impactes ambientais;
4. Analisar e elaborar documentos oficiais relacionados com estas temáticas, e envolvendo os métodos de decisão em impactes ambientais.

Conteúdos:

1. Introdução e História da Ética Ambiental – Conceitos de Educação Ambiental e Antecedentes da Ética Ambiental;
2. Ética Ambiental Contemporânea;
3. Ética Ambiental e Direito; Economia; Estética e; Política Ambiental;
4. Cidadania Ambiental – As perspetivas da Cidadania Ecológica; Intervenções no meio ambiente.

Bibliografia fundamental:

Manuais

Jamieson Dale (coord.) (2003). Manual de Filosofia do Ambiente. Instituto Piaget, Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa, Portugal.

Vaz, S. & Delfino, A. (2010). Manual de Ética Ambiental. Universidade Aberta, manual 311.

Leituras Fundamentais

Barreto, L.S. (1994). Ética Ambiental: uma anotação introdutória. Publicações Ciência e Vida, Lisboa, Portugal.

Beckert, C.; Varandas, Maria José (2004). Éticas e Políticas Ambientais. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Callicott, J. Baird (1989). In Defense of the Land Ethic: essays in environmental philosophy. State University of New York Press, Albany, USA.

Devall, Bill; Sessions, George (1985). Deep Ecology: living as if nature mattered. Peregrine Smith Books, Salt Lake City, USA.

Ferry, Luc (1993). A Nova Ordem Ecológica: a árvore, o animal e o homem. Edições Asa, Porto, Portugal.

Leopold, Aldo (1966). A Sand County Almanac. Ballantine, New York, USA.

Naess, Arne (1989). Ecology, community and lifestyle. Cambridge University Press, Cambridge, USA.

Nogueira, Vítor (2000). Introdução ao Pensamento Ecológico. Plátano Edições Técnicas, Coleção Educação Ambiental. Lisboa, Portugal .

Schmidt, Luísa (1999). Portugal Ambiental: Casos & Causas. Celta Editora, Oeiras, Portugal.

Singer, Peter (2000). Ética Prática. Gradiva, Coleção Filosofia Aberta, Lisboa, Portugal.

Smith, Mark J. (2001). Manual de Ecologismo: Rumo à cidadania ecológica. Instituto Piaget, Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa, Portugal.

Soromenho-Marques, Viriato (1998). O Futuro Frágil: os desafios da crise global do ambiente. Publicações Europa-América, Mem Martins, Portugal.

Soromenho-Marques, Viriato; Correia, Francisco Nunes, Ferreira, Francisco; Moura, Domingos; Telles, Gonçalo Ribeiro (1999). Ecologia e Ideologia. Ed. J. Rebelo, Livros e Leituras, Lisboa, Portugal.

Materiais a disponibilizar na plataforma de Elearning.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO AMBIENTAL | 22067 – OTPA

Competências: Espera-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Conhecer os principais conceitos associados ao ordenamento do território e planeamento, a história e principais escolas, metodologias e técnicas associadas;
2. Identificar e aplicar os instrumentos fundamentais em ordenamento do território, dando especial ênfase à sua integração com o ambiente numa perspetiva de sustentabilidade.

Conteúdos:

1. Introdução ao Ordenamento do Território – História do Ordenamento do Território, Escolas de Planeamento, Metabolismo Urbano e Cidades Sustentáveis;
2. Instrumentos de ordenamento do território – Planos e Políticas Nacionais, Planos Regionais, Planos Municipais, Condicionantes legais (REN, RAN, Rede Natura 2000, ZPE, ZEC, servidões, outras condicionantes);

3. Riscos naturais e ordenamento do território – Movimentos de massa (deslizamentos), Cheias, Dinâmica costeira;
4. Variáveis fundamentais em ordenamento do território: variáveis biofísicas e socioeconómicas;
5. Participação pública em ambiente e ordenamento do território.

Bibliografia fundamental:

DGOTDU (2000). Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 local. Tradução e Edição portuguesa publicada por Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território Lisboa.

Partidário, M.R. (2000). Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Randolph, J. (2004) Environmental Land Use Planning and Management. Island Press. Washington.

Ferrão, P.; Niza, S.; Pina, A. (2013). Urban metabolism and sustainable cities. In Heitor, M.; Ferrão, P (eds). Illities and Indwelling – emerging issues in innovation, technology and policy research. A collection of selected research essays. IN+/IST. Lisboa. pp. 419-433.

BIODIVERSIDADE, GEODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO | 22006 – BGC

Competências: Espera-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Descrever os conceitos e valores da biodiversidade;
2. Identificar os fatores de ameaça e agentes destrutivos da biodiversidade e os problemas da conservação a nível global;
3. Reconhecer os valores da geodiversidade;
4. Identificar diversas estratégias de geoconservação;
5. Articular metas e definir prioridades em conservação da natureza;
6. Conhecer as estratégias nacionais, europeias e internacionais para a conservação da natureza.

Conteúdos:

1. Geodiversidade. Valor de geodiversidade. Ameaças à geodiversidade;
2. Biodiversidade. Valor de biodiversidade. Ameaças à biodiversidade;
3. Estratégias nacionais, europeias e internacionais de conservação da natureza (Biodiversidade e Geodiversidade);
4. Biodiversidade em espaço urbano;
5. Alterações Climáticas e a Biodiversidade.

Bibliografia fundamental:

Brilha, J. (2005). Património Geológico e Geoconservação. Braga: Palimage.

Gray, M. (2004). Geodiversity. Chichester: John Wiley y Sons Ltd.

Millennium Ecosystem Assessment (2005) Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis. World Resources Institute, Washington, D.C.

Wilson, E. O. (1988) Biodiversity, National Academy Press, USA by D. C.) National Forum on Biodiversity (1986 Washington, Edward Osborne Wilson, Frances M. Peter, National Academy of Sciences (U. S.), Smithsonian Institution (Corporate Author), E. O. Wilson (Editor).

Perlman, D.L.; Adelson, G. (1997) Biodiversity: Exploring values and priorities in conservation. Blackwell Science.

Materiais a disponibilizar na plataforma de Elearning.

AMBIENTE E CONTROLO DA POLUIÇÃO | 22220 – ACP

Competências: Espera-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular

1. tenha adquirido uma visão abrangente do ambiente em que estamos inseridos e dos problemas que o mesmo enfrenta como consequência das atividades humanas;
2. compreenda profundamente como cada um dos tipos de poluição afeta as diferentes esferas ambientais e a nossa saúde;
3. se sinta capaz de discutir as causas e as consequências da poluição e apresentar medidas de remediação para cada problema;

4. seja capaz de analisar criticamente as abordagens atuais para a conservação dos recursos naturais e controlo da poluição.

Conteúdos:

1. Recursos Naturais e Biodiversidade: sua utilização sustentável [a) Recursos Naturais; b) Agricultura e Biodiversidade; c) O direito a um ambiente equilibrado e sustentável]
2. Poluição da Atmosfera [a) Qualidade do Ar e Poluição Atmosférica; b) Indicadores e Índices Ambientais; c) Métodos de Controlo das Emissões Atmosféricas; d) Saúde e Alterações Climáticas, Extremos Climáticos]
3. Solos: contaminação, poluição e recuperação [a) Degradação do Solo; b) Poluição e Contaminação dos Solos; c) Remediação dos Solos; d) PAHs e Almíscares]
4. Gestão Integrada de Resíduos Urbanos [a) Resíduos Sólidos Urbanos, Resíduos Hospitalares; b) Gestão Integrada de Resíduos; c) Redução na fonte, Reciclagem, Compostagem, Incineração e Coincineração de Resíduos; d) Biogás]
5. Poluição das Águas [a) Metais: contaminação e efeitos; b) Hidrocarbonetos; c) Poluição Térmica; d) Águas Subterrâneas].

Bibliografia fundamental:

Carapeto, Cristina (1999). “Poluição das Águas” causas e efeitos. Edição da Universidade Aberta, n.º 170. Lisboa, Portugal.

Rana, S.V.S. (2011) “Environmental Pollution: Health and Toxicology”, Alpha Science International Limited.

Teresa Rocha Santos, Ricardo Prego, Armando Duarte, Alexandre Panteleitchouk (2007). Estudos Sobre Contaminação Ambiental na Península Ibérica. ISBN: 9789727716210, Editor: Instituto Piaget.

Outra bibliografia mencionada no “Contrato de Aprendizagem” a disponibilizar na plataforma de Elearning.

CONSUMO ALIMENTAR E PROMOÇÃO DA SAÚDE | 22219 – CAPS

Competências: Pretende-se que o aluno ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Caracterizar o comportamento do consumidor face a uma determinada compra alimentar;
2. Avaliar o consumo alimentar sustentável no seio dos principais critérios de escolha envolvidos na compra de produtos alimentares;
3. Avaliar o impacte das atividades de consumo alimentar no ambiente, incluindo a insegurança alimentar;
4. Refletir sobre os determinantes do modo de produção biológico;
5. Refletir sobre os determinantes do consumo de transgénicos (organismos geneticamente modificados – OGM), bem como para avaliar o seu impacte no ambiente;
6. Compreender as teorias específicas de conceitos e princípios da Promoção da Saúde;
7. Recolher e integrar informação proveniente de várias fontes relacionadas com ambiente e saúde, para apresentar argumentos ou fazer recomendações;
8. Desenvolver formas de promover a saúde considerando todos os fatores envolvidos e relacionando-os de uma forma mais holística.

Conteúdos:

1. Consumo alimentar: evolução da estrutura de consumo nas economias desenvolvidas: evolução e mudanças estruturais; comportamento do consumidor face aos bens agroalimentares: Processo de decisão de compra: influência do estado de implicação na tomada de decisão; tipologia do comportamento de compra: sua aplicação aos bens agroalimentares; risco percebido;
2. Consumo alimentar sustentável: conceito de consumo alimentar sustentável; determinantes do consumo alimentar sustentável; impacte das atividades do consumo alimentar no ambiente;
3. Novos paradigmas alimentares: produtos alimentares de modo de produção biológico; alimentos geneticamente modificados (OGMs);

4. Conceitos de Promoção da Saúde: saúde e bem-estar; comportamentos e práticas de saúde;
5. Indicadores de Saúde; forma de ocorrência da doença; níveis de prevenção em Saúde Pública; vigilância epidemiológica;
6. Políticas de Saúde para todos: Organização Mundial de Saúde (OMS); Política de Saúde em Portugal.

Bibliografia fundamental:

Cunha, LM Moura, AP (2004) Conflicting demands of agricultural production and environmental conservation: consumers' perception of the quality and safety of food, In Filho,WL (Ed),Ecological Agriculture and Rural Development in central and Eastern European Countries, IOS Press, Hamburgo, pp.137-156.

Moura, A.P (2000) O Comportamento do Consumidor face às Promoções de Vendas: Uma Aplicação para os Bens de Grande Consumo, AJE, Lisboa.

Organization for Economic Co-operation and Development (2002), Towards Sustainable Household Consumption? Trends and Policies in OECD Countries.

Martins, MCA (2005) A promoção da saúde: percursos e paradigma. Revista de Saúde Amato Lusitano,22:42-46.

Mladovsky, P et al. (2009) Health in the European Union: trends and analysis. World Health Organization, on behalf of the European Observatory on Health Systems and Policies.

Loureiro, I., Miranda, N. (2010) “Promover a Saúde. Dos Fundamentos à Ação”. 2010. Edições Almedina.

Material a disponibilizar na plataforma de Elearning.

ANÁLISE DA CONJUNTURA SÓCIO AMBIENTAL | 22221 – ACSA

Competências: Pretende-se que cada estudante desenvolva as seguintes competências:

1. Relacionar criticamente os conceitos de teoria e prática;

2. Distinguir as principais questões que separam o paradigma positivista dos outros paradigmas científicos;
3. Conhecer o conceito e principais controvérsias em torno do tema da cidadania;
4. Formular sociologicamente e discutir criticamente o conceito de cidadania ambiental;
5. Analisar e discutir criticamente o conceito de “participação” social e política em termos de ambiente;
6. Formular um problema teórico particular na área do ambiente, em Portugal;
7. Construir uma problemática em torno desse problema, elaborar um corpo de hipóteses e um modelo de análise coerente.

Conteúdos:

1. Questões epistemológicas;
2. Importância dos quadros de referência teóricos;
3. Paradigmas;
4. A construção dos problemas teóricos em ciências sociais: Aplicação prática na área do ambiente;
5. Conceitos de cidadania e participação e sua discussão no âmbito da questão ação/estrutura, da representação democrática, poder central e local;
6. A Questão ambiental em Portugal. Perspetivas dominantes e síntese do estado da arte;
7. Cidadania e capital social em Portugal, a construção de um problema teórico e de uma pergunta de partida para investigação.

Bibliografia fundamental:

- Barreto, A. Org. (2000) A Situação Social em Portugal 1960-1999. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vala, J, Torres, A. (2006) Contextos e Atitudes Sociais na Europa. Lisboa: ICS.
- Goode, WJ. e Hatt, PK. (1969) Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Cia Editora Nacional.

- Schnapper, D. (2000) Qu'est-ce que la citoyenneté?, Paris:Gallimard, Folio.
- Dunlap, RE. (2002) Paradigms, Theory and Environmental Sociology, in Dunlap, Riley E., Buttel.
- Dunlap, RE. (2002) Environmental Sociology: an Introduction in Handbook of Environmental Sociology, USA, Greenwood Press.
- Frederick, H, Dickens, P e Gijswijt, A. (Eds.) Sociological Theory and the Environment. Classical Foundations, Contemporary Insights, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Murphy, R. (1995) Sociology as if nature did not matter: an ecological critique, in The British Journal of Sociology, vol.46(4).
- Schmidt, L. (1999) Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência, Análise Social n.º 150.

**UNIDADE CURRICULAR ABERTA:
SEMINÁRIO VIRTUAL EUROPEU EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL |
22096 – SEDS**

O objetivo global desta Unidade Curricular Aberta é o diálogo e construção de conhecimento, entre estudantes europeus, sobre temáticas na área abrangente do desenvolvimento sustentável. Os objetivos específicos dependem do estudo de caso selecionado.

Na presente edição do mestrado, a Unidade Curricular Aberta é 'Seminário Europeu em Desenvolvimento Sustentável', oferecida pelo *Virtual Campus for a Sustainable Europe*. A Unidade curricular Aberta é da área científica das ciências e tecnologias do ambiente (CTA) e funcionará em língua inglesa.

Competências: Espera-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Reconhecer as principais temáticas relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável;
2. Relacionar as diferentes temáticas numa visão integradora e transversal.

Conteúdos: Apresentam-se exemplos de estudos de caso:

- Alterações climáticas em regiões costeiras (University of Oldenburg, Alemanha);
- Aplicação da Diretiva Europeia sobre Resíduos Urbanos (Universidade Aberta, Portugal);
- Inovação na política Europeia de conservação da natureza (Open Universiteit, Holanda);
- Bioenergia e sustentabilidade (University of Oldenburg, Alemanha);
- Comunicar a sustentabilidade: estratégias para comunicar o conceito de desenvolvimento sustentável (University of Lüneburg, Alemanha);
- Geoconservação – o Geoparque de Hateg (University of Bucharest, Roménia);
- O Futuro da Agricultura Sustentável na Polónia (University of Amsterdam, Holanda);
- Qualidade de vida versus pressões ambientais na Europa (Charles University, República Checa);
- Turismo Sustentável e Desenvolvimento Regional (University of Graz, Áustria).

Bibliografia:

Todo o material será disponibilizado na plataforma de Elearning.

POLITICAS PARA A SUSTENTABILIDADE | 22031 – PS

Competências: Espera-se que o aluno ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Conhecer e discutir o conceito de desenvolvimento sustentável;
2. Analisar e avaliar as estratégias políticas para o desenvolvimento sustentável a diversos níveis: globais, regionais, nacionais e locais;
3. Identificar os principais instrumentos de implementação do desenvolvimento sustentável;
4. Desenvolver estudos de caso sobre desenvolvimento sustentável.

Conteúdos:

1. Como fazer um estudo de caso;
2. Perspetiva histórica do desenvolvimento sustentável;
3. Conceito de desenvolvimento sustentável;
4. Estratégias e políticas para o desenvolvimento sustentável
[4.1 À escala global; 4.2 Na U.E.; 4.3 Em Portugal; 4.4 Ao nível local];
5. Governança e implementação;
6. Repensar o desenvolvimento sustentável.

Bibliografia fundamental:

Baker, S. (2006) Sustainable Development. Routledge.

Estratégia Nacional de desenvolvimento sustentável (2007) Presidência do Conselho de Ministros.

Robinson, J. (2004) Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. *Ecological Economics* 48.

Soromenho-Marques, V. (2005) *Matamerfosos*. Lisboa: Europa-América.

UN (2015) *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

UNCED (1992) *Agenda 21*. United Nations.

WCED (1987) *Our common future*. United Nations.

PARTICIPAÇÃO E MÉTODOS INTERATIVOS NA DECISÃO AMBIENTAL | 22030 – PMIDA

Competências: Aguarda-se que o aluno ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Identificar e aplicar os métodos de processos de participação e decisão ambiental, nomeadamente os conceitos, posicionamento do especialista, métodos de definição e resolução de problemas;
2. Atuar na resolução das controvérsias públicas e de participação pública, relacionadas com a temática ambiental.

Conteúdos: A sociedade da informação e do conhecimento, num contexto democrático, traz novos desafios nos processos de decisão ambiental. Decisões políticas baseadas em pareceres técnicos, são questionadas, frequentemente, pela generalidade da população e postas em causa por uma sociedade em que aumenta e se generaliza o conhecimento. A resolução das controvérsias públicas exige novos métodos de abordagem que lhes consiga dar resposta. Isto é particularmente importante em relação à área do ambiente. Devido à sua transversalidade disciplinar e ao crescente número de fatores reconhecidos como relevantes para a tomada de decisões, ocorrem frequentemente situações de grande controvérsia, nomeadamente ao nível dos processos de decisão pública. Mas também se aplica a áreas de atuação em que se torna crucial a resolução de conflitos evitando a litigação jurídica (e.g. julgados de paz). Perante esta realidade o especialista enfrenta situações de grande incerteza e ambiguidade, para as quais necessita de ferramentas adequadas. Pretende-se com a presente disciplina preparar o futuro especialista para desenvolver a sua capacidade de atuação nestes contextos. Será dada relevância a aspetos relacionados com conceitos, posicionamento do especialista, métodos de definição e resolução de problemas.

Bibliografia fundamental:

- Andrew, Jennifer & Robottom, Ian (Eds.) (1998) Context and Commitments in Environmental Education. Victoria: Deakin University.
- Berger, Peter L.; Luckmann, Thomas (1999). *A Construção Social da Realidade – Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento*. DINALIVRO, Coleção Saber Mais. Lisboa, Portugal.
- Bryson, John M.; Crosby, Barbara C. (1992). *Leadership for the Common Good: Tackling Public Problems in a Shared-Power World*. [Jossey-Bass Publishers](#). San Francisco, CA, USA.
- Sidaway, R. (2005) Resolving Environmental Dispute, Earthscan. Susskind, Lawrence; McKearnan, Sarah; Thomas-Larmer, Jennifer (Ed.) (1999). *The Consensus Building Handbook. A Comprehensive Guide to Reaching Agreement*. Sage Publications, Inc. Thousand Oaks, CA, USA.

METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO SÓCIO AMBIENTAL | 22222 – MISA

Competências: Espera-se que cada mestrando/a desenvolva as seguintes competências:

1. Analisar criticamente as sociedades atuais como sociedades de risco, complexas, desiguais e ambivalentes;
2. Perspectivar a cidadania ambiental e a participação enquanto fenómeno que se articula intimamente com outros fenómenos que compõem a estrutura e as dinâmicas sociais e culturais (quer do ponto de vista do conhecimento, quer do ponto de vista da intervenção);
3. Equacionar a questão ambiental ao nível macro, meso e micro, identificando as necessidades, potencialidades as políticas e recursos em contextos específicos e formular propostas de intervenção, mobilizando metodologias ativas de investigação e intervenção;
4. Conhecer e analisar criticamente as metodologias participativas, seus fundamentos, processos e as suas potencialidades na compreensão e intervenção no campo ambiental;
5. Situar as metodologias de investigação e intervenção social nos paradigmas qualitativo e quantitativo;
6. Analisar criticamente os papéis das populações nos projetos de intervenção sócio ambiental;
7. Conhecer e operacionalizar algumas metodologias participativas: investigação-ação; DRP; TED, e outros métodos e técnicas.

Conteúdos:

1. Panorâmica geral sobre a Unidade Curricular,
2. Sociedades complexas, desiguais e globais: (a) Cidadania ambiental e participação no século XXI: conceitos e problemáticas; (b) Da regulação à emancipação social – entre o estado, o mercado e a comunidade;
3. Intervenção social e ambiente: (a) A questão ambiental como problema social, político, económico, cultural e científico complexo; (b) Desafios epistemológicos ao conhecimento/intervenção ambiental nas sociedades

atuais – Fundamentos e Processos; (c) Cidadania participativa, Responsabilidade coletiva, Resistências e Mudança social

4. Metodologias de Investigação e Intervenção Social: (a) Perspetivas teórico-metodológicas qualitativas; (b) Os sujeitos enquanto atores, autores e investigadores; (c) Sobre a objetividade e neutralidade do social; (d) As metodologias participativas: investigação-ação; Diagnóstico Rápido Participativo; Teoria Enraizada nos Dados; Métodos e Técnicas Qualitativas: entrevista; observação participante; grupos focais; histórias de vida; (e) A prática da Investigação e Intervenção Social.

Bibliografia fundamental:

Dunlap, Riley E.& W.Michaelson (eds.) (2002). Handbook of Environmental Sociology. USA: Greenwood Press.

Hanningan, Jonh (2014). Environmental Sociology. New York:Routledge - ebook:978-1-315-79692-5.

Irwin, Alan (2006) Sociology and the environment - A critical introduction to society, nature and knowledge, Polity Press. 0-7456-1359-4

Burns, Thomas J; Schaefer, Beth. Environmental Sociology: the ecology of late modernity. Mercure Academic, Oklahoma.

Guerra, I. (2000). Fundamentos e Processos da Sociologia da Ação: O Planeamento em Ciências Sociais, Editora Principia, Lisboa.

Alves, Fátima; Araújo, M. José; Azeiteiro, Ulisses, (2012). “Cidadania ambiental e participação: o diálogo e articulação entre distintos saberes-poderes” in Revista Saúde em Debate, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, CEBES. Rio de Janeiro, v. 36, (n. especial de junho Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios da Rio+20): 46-54. ISSN 0103-1104 (Disponível em: http://www.cebes.org.br/media/File/Revista_Saúde_em_Debate%20-%20Rio+20.pdf).

Aves, Fátima; Filho, Walter L.; Azeiteiro, Ulisses; Araújo, M. José (2013). “Crossing borders and linking plural knowledge - biodiversity conservation, ecosystem services and human well-being” In International Journal of Innovation and Sustainable Development (IJISD), Volume 7, Number 2, April 2013, pp 111-125 (15).

- Flick, U. (2005) Métodos Qualitativos na Investigação Científica, Lisboa, Monitor.
- Giddens, Anthony (2001). O Mundo na Era da Globalização. Lisboa. Presença.
- Putnam, R. (2002). Democracies in Flux. Oxford. Oxford University Press.
- Santos, B.S. (2007) “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, Revista Crítica de Ciências Sociais, 78: 3-46.
- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G.; Boutin, G., Investigação qualitativa, fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- Guerra, I., Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso, São João do Estoril, Principia, 2006.
- Quivy, Raymond & Campenhautd, Luc Van. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.
- Santos Silva e Madureira Pinto (orgs.) Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1987.

GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS | 22223 – GIR

Competências: Pretende-se que, no final desta Unidade Curricular, o estudante tenha adquirido as seguintes competências:

1. a capacidade de identificar e aplicar os conhecimentos essenciais das diferentes operações e processos do sistema técnico de gestão de resíduos urbanos, industriais, hospitalares e agrícolas;
2. perceber que estes tecnossistemas deverão obedecer ao conceito de gestão integrada dos resíduos e de sustentabilidade.

Conteúdos:

1. Perspetivas. A evolução histórica da gestão dos resíduos. Gestão integrada de resíduos. Legislação e política comunitária e nacional em matéria de resíduos;
2. Produção e Composição dos Resíduos. Classificação de resíduos. Quantificação e caracterização de resíduos. Metodologias para a quantificação e caracterização física dos resíduos;
3. Prevenção, Redução e Reutilização;

4. Valorização e Tratamento de Resíduos. Reciclagem (Fileiras, Fluxos, Reciclagem Orgânica, Compostagem, Biometanização). Valorização energética (Incineração);
5. Confinamento. Aterro Sanitário. Sistemas de controlo ambiental. Programa de monitorização da qualidade ambiental;
6. Resíduos Industriais.

Bibliografia Fundamental:

Martinho, M.G.M., Gonçalves, M. G. P, Silveira, A.I.E.. (in press). Gestão Integrada de Resíduos. Edição da Universidade Aberta, Lisboa.

Cabeças, A., Levy, J (2008). Resíduos Sólidos Urbanos, Princípios e Processos. AEPISA–Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente Gestão e Tratamento de Resíduos (2008). Editora Almedina.

Hester, R.E., Harrison, R.M. (eds.) (2002). Environmental and Health Impact of Solid Waste Management Activities (Issues in Environmental Science & Tecnology). The Royal Society of Chemistry.

Lund, H. (ed.) (2001). The Mcgraw-hill Recycling Handbook. Mcgraw-Hill, Inc.

McCorquodale, D. (2006). Recycle: The Essential Guide. Black Dog Publishing.

Tchobanoglous, G., Kreith, F. (2002). Handbook of Solid Waste Management. McGraw Hill Professional

Materiais a disponibilizar na plataforma de Elearning. / Material available in the Elearning platform.

GESTÃO E SISTEMAS AMBIENTAIS | 22224 – GSA

Competências: Espera-se que o estudante ao concluir esta unidade curricular esteja capaz de:

1. Descrever as teorias específicas de conceitos, políticas e princípios de gestão ambiental integrada;
2. Explicar, diferenciar e aplicar os diferentes instrumentos de gestão ambiental, nomeadamente, os sistemas de gestão ambiental, sistemas

integrados de gestão, auditorias ambientais, avaliação de desempenho da sustentabilidade, e perceber a sua aplicabilidade;

3. Compreender o conceito associado à Ecologia Industrial e sua ligação com os instrumentos de gestão ambiental;
4. Capacidade de interpretar e analisar criticamente a legislação relacionada com Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ;
5. Capacidade de compreender todo o processo de Avaliação de Impacte Ambiental e as suas limitações;
6. Saber como se processa o envolvimento de diferentes atores chave e da participação do público num processo de AIA;
7. Elaborar os tipos de produtos que podem resultar de uma Avaliação de Impacte Ambiental, nomeadamente: Propostas de Definição de Âmbito; Estudos de Impacte Ambiental (EIA), Relatórios de Conformidade Ambiental e Relatórios de Monitorização;
8. Interpretar e analisar criticamente a legislação relacionada com Avaliação Ambiental Estratégica;
9. Compor uma visão integradora de todos estes instrumentos.

Conteúdos: Pretende-se abordar desde os principais conceitos e principais, princípios, políticas, de uma gestão para a sustentabilidade aos diferentes instrumentos de gestão ambiental, destacando-se os sistemas de gestão ambiental e sistemas integrados de ambiente, qualidade e segurança, as auditorias ambientais, a avaliação do desempenho da sustentabilidade e respetiva comunicação das organizações e outros instrumentos. É também introduzido o conceito de Ecologia Industrial e a sua ligação com os instrumentos de gestão ambiental e respetiva aplicabilidade em Portugal.

Inclui-se também nesta unidade curricular a compreensão de como funciona todo o processo, procedimentos e métodos da Avaliação de Impacte Ambiental, direcionados especialmente para a importância e aplicação deste instrumento de política ambiental e de apoio à decisão. Numa primeira fase serão abordados os conceitos fundamentais e os princípios de AIA, seguidamente, apresenta-se o sistema de AIA, referindo como é o processo de AIA, quais são as principais entidades envolvidas e os principais produtos. É dada especial ênfase à

importância da participação do público ao longo de todo o processo e de que forma ela deve ser conduzida. Refere-se também os pontos que devem ser considerados no planeamento e gestão do EIA e desenvolvem-se os diferentes métodos que podem ser aplicados em AIA tanto a nível da definição de âmbito e identificação de impactes, como na previsão de impactes, avaliação de impactes, comparação de alternativas e mitigação. De referir que a fase de pós-avaliação também é desenvolvida (monitorização). São ainda dadas algumas noções de Avaliação Ambiental Estratégica.

Pretende-se assim fornecer uma visão integradora de todos estes instrumentos no âmbito da gestão das empresas e/ou organizações.

Bibliografia Fundamental:

Maria do Rosário Partidário e Júlio de Jesus (2003). Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental. Edição da Universidade Aberta, nº 273, Lisboa.

Nuno Videira, Inês Alves e Rui Subtil (2005). Instrumentos de Apoio à Gestão Ambiental. Edição da Universidade Aberta, nº 294, Vol 1. Lisboa.

Nuno Videira, Inês Alves e Rui Subtil (2007). Instrumentos de Apoio à Gestão Ambiental. Edição da Universidade Aberta, nº298, Vol 2. Lisboa.

Paulo Cadete Ferrão (2009). Ecologia Industrial. Princípios e ferramentas. Instituto Superior Técnico Press. Lisboa.

Maria do Rosário Partidário. (2003). Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. DGOTDU.

Outros materiais a disponibilizar na plataforma de Elearning.

PROJETOS E METODOLOGIAS EM CIDADANIA AMBIENTAL | 22034 – PMCA

Competências: : Pretende-se que, no final desta unidade curricular, o estudante tenha adquirido as seguintes competências:

1. Identificar as metodologias, recursos e materiais para a implementação de projetos na área da cidadania ambiental, participação e educação para o desenvolvimento sustentável (EDS);
2. Aplicar a transversalidade no desenvolvimento de metodologias e sua aplicação em projetos de cidadania ambiental, participação e EDS;

3. Aplicar a educação para a cidadania ambiental, participação e EDS;
4. Aplicar os procedimentos recomendáveis para o cumprimento do rigor científico aquando da elaboração de um projeto de investigação (pré-projecto de dissertação e/ou monografia);
5. Especificar um Projeto de Investigação (Projeto de Dissertação);
6. Avaliar a realidade ambiental, cidadania ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável no contexto nacional.

Conteúdos:

1. Conceitos Fundamentais de preparação, implementação e avaliação de Projetos e Metodologias em Cidadania Ambiental, Participação e EDS.
2. Estudo de casos.
3. Procedimentos para a elaboração de um projeto de investigação (pré-projeto de dissertação e/ou monografia).
4. Aplicação dos procedimentos para a elaboração de um projeto de investigação (pré-projeto de dissertação e/ou monografia), tendo por contexto a análise da realidade ambiental e cidadania ambiental.
5. Elaboração do projeto de investigação (pré-projeto de dissertação e/ou monografia).

Bibliografia fundamental:

Azeiteiro, U.M., Gonçalves, F., Pereira, R., Pereira, M.J., Leal-Filho, W., & Morgado, F., (Eds.) 2008. Science and Environmental Education. Towards the integration of Science Education, Experimental Science Activities and Environmental Education in the series Umweltbildung, Umweltkommunikation und Nachhaltigkeit – Environmental Education, Communication and Sustainability, Peter Lang, 406 pp.

Azeiteiro, U.M., Gonçalves, F., Leal-Filho, W., Morgado, F., & Pereira, M.J. (Eds.) 2004. World Trends on Environmental Education in the series Umweltbildung, Umweltkommunikation und Nachhaltigkeit – Environmental Education, Communication and Sustainability, Peter Lang, 268 pp.

Azevedo, C.A.M.; Azevedo, A.G. Metodologia Científica: Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos”, Lisboa, Universidade Católica, 2003.

Bell J., Como Realizar um Projeto de Investigação, Lisboa, Gradiva, 1977.

Carmo, H. e Ferreira, M.M. "Metodologia da Investigação: Guia para Autoaprendizagem, Universidade Aberta, 1998.

Pereira, A., Poupá, C., Como Escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico usando o Word, Edições Sílabo, 2003.



Certificado n.º 2017/GI.0024